

## O pontificado do Papa Francisco à luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II

*Eduardo Pessoa Cavalcante*<sup>1</sup>

Resumo: cremos que o governo de Francisco traduz, em muitos pontos, elementos fundamentais do Concílio Vaticano II. Delimitamos tais elementos como dialógico-pastoral, ecumênico e renovador. Em relação a tais aspectos é que nos propomos a refletir sobre o pontificado do Papa Francisco. Nessa perspectiva, analisaremos algumas características de uma “Igreja em saída” (*Evangelii Gaudium*), sob a luz de três estados eclesiais permanentes: estado de conversão; estado permanente de missão; estado permanente de renovação. Acreditamos que, em meio a tantos desafios que a pós-modernidade nos traz, há também sinais de esperança. O Senhor é sempre novo, uma novidade constante que está a querer derramar a sua misericórdia – “principal atributo de Deus” (KASPER, 2015, p. 107) - a todo o gênero humano. Este é o pano de fundo de nossa reflexão.

Palavras-chave: Papa Francisco; Concílio Vaticano II; Igreja “em saída”.

### INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II foi um marco na vida da Igreja<sup>2</sup>. Sua convocação, por iniciativa do Papa João XXIII quis inaugurar uma nova fase eclesial, uma mudança de postura frente ao mundo.

Nesse sentido, as palavras de João XXIII, em seu discurso de abertura da primeira sessão do Concílio<sup>3</sup>, em 11/10/1962, já indicavam o norte a ser seguido:

[...] Nos nossos dias, porém, a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor às necessidade de hoje mostrando a validade da sua doutrina que condenando erros...A Igreja Católica, levantando por este Concílio o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade com os filhos dela separados.

1 Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Anápolis/GO; Especialista em Direito Canônico Familiar pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília; aluno do programa de Mestrado Interinstitucional de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas; Especialista em Direito Penal pela Faculdade Processus de Brasília; Servidor Público do Governo do Distrito Federal; Atualmente ocupa o mandato de Vice-presidente da Confederação Mundial dos Ex-alunos de Dom Bosco e Conselheiro Mundial para as Américas.

2 Sempre que nos referirmos à Igreja, entenda-se Igreja Católica Apostólica Romana.

3 Sempre que nos referirmos a “Concílio”, entenda-se o Concílio Ecumênico Vaticano II.

O Papa Francisco, por sua vez, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG) 49, nos diz que:

[...] Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que temor em falhar, espero que nos mova o medo de nos encarcerarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: “Vós mesmos, dai-lhes de comer” (Mc 6,37).

À luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II, iremos refletir sobre o pontificado do Papa Francisco. Mas quais seriam tais elementos fundamentais?

Para responder a essa indagação, inspiramo-nos nas lições de Libanio, o qual dispôs ter se tratado de um Concílio pastoral, ecumênico, do diálogo e do *aggiornamento* (LIBANIO, 2005, p. 67). De nossa parte, decidimo-nos pelo seguinte esquema: dialógico-pastoral, ecumênico e renovador. Sobre tais aspectos nos propomos a discorrer.

## 1 DIALÓGICO-PASTORAL

Estamos a indicar a maneira como a Igreja se relaciona *ad intra* (consigo mesma) e *ad extra* (com o mundo). Ainda que os conteúdos fundamentais da fé não sofram modificação em sua essência, a forma como tais verdades são transmitidas e vividas sofre as influências do caminhar da história e da própria cultura. A Igreja não é uma realidade estática. Isso seria reduzir o conteúdo e alcance da Revelação, cuja compreensão está a ser descortinada através dos tempos.

Ademais, por dialógico-pastoral, queremos ressaltar dois aspectos que, para o Vaticano II, caminham juntos: o diálogo e o agir pastoral.

Para o Vaticano II, entretanto, não basta o diálogo, por melhor que seja. A eficácia da fé exige que se passe da palavra para a ação. Por isso a importância do “serviço” que a Igreja deve prestar ao mundo (*Gaudium et Sp* 3b) ou à humanidade (GS 43) [...]. (BRIGHENTI, 2016, p. 83).

No contexto do Vaticano II, os Padres Conciliares decidiram lançar um olhar compassivo frente ao mundo moderno, com a finalidade de empreender um diálogo cooperativo. Afinal, o que a Igreja deseja transmitir é mais que um conjunto ordenado de ideias, e

sim alguém: Jesus Cristo. Diálogo, portanto, tornou-se um conceito-chave para o Concílio Vaticano II (KASPER, 2012, p. 371).

A dimensão dialógico-pastoral implicou para o Concílio o firme retorno à orientação missionária da Igreja e uma clara postura de abertura. Dever-se-ia penetrar na vida de seus filhos, suas angústias, sofrimentos e questionamentos (GS 1) e estar atenta aos “sinais dos tempos” (GS 4). Afinal, a doutrina existe para ser experimentada na vida real das pessoas.

Outrossim, tal dimensão deveria igualmente repercutir no seu interior. Por isso, o Concílio almejou valorizar e repensar o papel de todo o “povo de Deus”, tal como a *Lumen Gentium* ressaltou. Todos aqueles unidos pelo Batismo são, independentemente de seu estado de vida, povo de Deus. A hierarquia não detém o monopólio do Espírito Santo<sup>4</sup>, sendo os seus membros também “povo de Deus” e fiéis da Igreja.

Entretanto, enquanto as estruturas eclesiais, incluindo as de índole decisória e mesmo de reflexão sobre doutrina, não incluírem efetivamente todo o povo de Deus, o Concílio, neste aspecto, ainda não terá germinado em terra boa.

Quanto à concretização da esperança de mudança na estrutura da Igreja, o Concílio pouco conseguiu fazer. A Cúria romana conseguiu anular as proposições do Vaticano II. [...] ela conseguiu aumentar ainda mais o seu poder e reduzir as possibilidades de iniciativa do resto do povo de Deus (COMBLIN, 2011, p. 355).

Parece-nos, por outro lado, que o Pontificado de Francisco agora aponta em outra direção, conforme veremos adiante.

## 2 ECUMÊNICO

A reintegração da unidade entre todos os cristãos foi explicitamente um dos objetivos principais do Concílio Vaticano II (*Unitatis Redintegratio-UR 1*) e o reconhecimento de elementos de santificação e de verdade no seio de Igrejas cristãs não católicas (*LG 8b*), um avanço significativo após tantas condenações. Sem diminuir a Igreja Católica, na qual subsiste a Igreja de Cristo (*LG 8b*), o Concílio, diferentemente do passado, não quis enquadrar o Espírito Santo, o qual age de maneira livre, mesmo em meio a divisões e tensões.

É importante observar que naquelas palavras iniciais de João XXIII, já mencionadas, o então Papa, ao se referir aos “irmãos separados”, o faz no contexto de uma Igreja que deseja ser mãe amorosa de todos, benigna, paciente e cheia de misericórdia. Vê-se aí já um comportamento de acolhimento, de quem enxerga “os separados” como filhos e, diríamos, também herdeiros das graças que irradiam de Cristo por meio da Igreja. Trata-se, pois,

4 Ainda que a Igreja nunca tenha declarado isso, a história nos mostra que as atitudes de alguns de seus membros foram nesse sentido.

de um verdadeiro “vínculo Crístico” que, pela vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus, imprime caráter de comunhão entre todos aqueles que O reconhecem como Deus e Senhor, e igualmente professam a fé na Trindade<sup>5</sup>.

O documento basilar do Concílio Vaticano II sobre o ecumenismo é a *Unitatis Redintegratio*, que se “trata de um novo modo de compreender o cristianismo como um todo. [...] Há o reconhecimento de elementos comuns entre a Igreja Católica e as demais Igrejas; assume-se o valor da oração, do diálogo e da cooperação entre as Igrejas” [...] (WOLFF, 2012, p. 30). Foi também na *Unitatis Redintegratio* (n. 2 a 4) que os Padres Conciliares expuseram os princípios católicos do diálogo ecumênico, o qual “não parte de uma ideia abstrata nem de uma ideologia do diálogo, mas da autocompreensão da Igreja Católica” (KASPER, 2012, p.282). Ser Igreja implica ser ecumênico (a), e a divisão entre os cristãos impede a realização plena da sua catolicidade (UR 4).

Não há, porém, ecumenismo sem uma verdadeira conversão interior e o auxílio do Espírito Santo (UR n. 7). A conversão interior é tarefa das mais desafiadoras, pois implica reconhecer-se necessitado de mudança e dócil à ação do Espírito.

### 3 RENOVADOR

O Concílio Vaticano II atuou como firme expressão do Espírito Santo em busca da renovação da Igreja. Cremos que esse tenha sido o sentido de João XXIII quando, ao convocá-lo, expressou-se com a palavra italiana *aggiornamento*.

Não se trata de modificar doutrina, mas sim uma atualização para torná-la compreensível e viva aos homens e mulheres da modernidade, como interlocutores e não meros receptores, de acordo com os sinais dos tempos (GS 4). Quanto mais distante de suas realidades, menos encarnada é a Igreja e, portanto, pouco portadora de significado.

A renovação da Igreja é inerente ao seu existir: “a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação” (LG 8c).

Mais eloquente ainda foi a afirmação Conciliar na *Unitatis Redintegratio* 6, a qual, com coragem, nos diz:

Toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação. [...] A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. Dela necessita perpetuamente como instituição humana e terrena [...].

5 Na linha das “hierarquias das verdades” na UR 8.

Renovar é próprio de uma Igreja que se reconhece como peregrina. Sem tal consciência, e aí se encontram as razões de muitas mazelas eclesiais de nossa época, corre-se o risco da autossuficiência daqueles que ficam agarrados a um tradicionalismo que nada tem de Tradição. Sob o argumento de defender a Igreja, fecham-se em guetos de pseudo iluminados, e tentam enquadrar até mesmo a misericórdia, “principal atributo de Deus” (KASPER, 2015, p. 107). Para esses é sempre válido recordar as palavras de Jesus ao se dirigir aos escribas e fariseus:

[...] Amarram fardos pesados e os põem sobre os ombros dos homens, mas eles mesmos nem com um dedo se dispõem a movê-los  
[...] Praticam todas as suas ações para serem vistos pelos homens. Gostam do lugar de honra nos banquetes, dos primeiros assentos nas sinagogas [...] (Mt 23, 4-5).

Momentos ocorreram na história da Igreja em que o termo renovação, que se relaciona estreitamente com reforma, parecia atentar contra a fé Católica. Parece-nos, porém, que tal é uma visão equivocada e eivada de interesses nem sempre evangélicos, mais ligados à autoridade do que ao Espírito. Pertinente, neste sentido, é a reflexão de Congar sobre o comportamento da Igreja, no passado, frente a atitudes pessoais de fiéis que, seguindo a voz de suas consciências (morada do Espírito), tentavam contribuir para o pensamento cristão.

Por causa de uma avaliação exagerada da função da autoridade e por uma tendência jurídica pronta a remeter a ordem à regra imposta e a unidade e uniformidade, o catolicismo, ao menos na época moderna, desconfiou das expressões do princípio pessoal. Ele desenvolveu um sistema de vigilância que teve sua eficácia para manter uma linha e um quadro de ortodoxia, mas às custas de uma marginalização e muitas vezes de uma redução ao silêncio e à inação das pessoas que tinham algo a dizer [...] (CONGAR, 2005, p. 31).

O Concílio, atento aos sinais dos tempos, lançou as bases para a renovação, para o tão almejado *aggiornamento* de João XXIII. Entretanto, como todo processo dialético, a sua recepção sofre as circunstâncias do “momento histórico”. Inicialmente tivemos uma nova primavera com o Concílio. Posteriormente, alguns falaram de um inverno eclesial. Quiçá estejamos, com Francisco, num outono a caminho do verão.

#### 4 O PONTIFICADO DE FRANCISCO: BUSCA DE CONCRETIZAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO CONCÍLIO VATICANO II

Francisco encarna os elementos fundamentais do Concílio Vaticano II. Seu pontificado, portanto, apresenta um “estilo Conciliar” e tem, se assim podemos dizer, um “plano de governo” bem delineado. Trata-se da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG). Por essa

razão, limitaremos a análise da relação de seu pontificado e do Vaticano II sob a ótica de tal documento. De pronto Francisco diz o que almeja com o documento:

A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus [...]. Com Jesus Cristo renasce sem cessar a alegria. Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de os convidar para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG 1).

Mais à frente irá discorrer:

[...] Apesar disso sublinho que, aquilo que pretendo deixar expresso aqui, possui um significado programático e tem consequências importantes. Espero que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão (EG 25).

Já nessas palavras introdutórias que contextualizam a Exortação, Francisco expõe de maneira clara alguns aspectos daquilo que buscaria – e o está a realizar – em seu pontificado:

a) *Levar as pessoas a encontrarem Jesus, fonte de alegria.* “E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós” (Jo 1,14). Eis aí a originalidade e o cume da revelação cristã (SESBOÛE, 1999, p. 180). Ele, que tudo criou, adentra na criação como um de nós, e experimenta as nossas dores, angústias, alegrias e esperanças. Em tudo se assemelha, menos no pecado (GS 22). Em Jesus Cristo, Deus vem revelar a si mesmo, comunicar ao ser humano quem Ele é e, por conseguinte, quem é o homem (GS n. 22). Deus vem. Deus está. Deus é. Chegou a plenitude dos tempos (Gal 4,4).

b) Francisco diz querer nos “convidar”. Estamos a falar de um Papa que sabe estar dialogando com o mundo pós-moderno, com respeito à autonomia do pensar e decidir do ser humano. O seu Pontificado entra na dinâmica de Jesus: “vinde e vede” (Jo 1, 39). O “vede” que Jesus nos propõe é relação, experiência concreta, um “deixar-se encontrar por Ele, de o procurar dia a dia sem cessar” (EG n. 3).

c) Ademais, discorre sobre uma nova etapa evangelizadora. Não é, destarte, um pontificado de conservação.

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação [...] (EG 27).

O novo de Francisco é o novo do Concílio, é o novo do hoje; o novo do Espírito.

Se a *Evangelii Gaudium* é o “plano de governo” do pontificado de Francisco, podemos dizer que um termo traduz a sua eclesiológica: “Igreja em saída”.

Mas quais seriam as características da “Igreja em saída” do Papa Francisco? Vejamos algumas: que saia da própria comodidade e tenha a “coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (n. 20); que tenha uma “alegria missionária” (n. 21); seja “comunidade de discípulos-missionários que ‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam” (n. 24); viva “um desejo inexaurível de oferecer misericórdia” e tenha o “cheiro das ovelhas” (n. 24); “em estado permanente de missão” (n. 25); aberta à constante renovação em seu agir e em suas estruturas (n. 27); com uma pastoral ousada e criativa (n. 33); “de portas abertas” (n. 46); que não tenha medo de ser uma Igreja “acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas”, ao invés de ter ficado “enferma pelo fechamento e comodidade de se agarrar às próprias seguranças”, não preocupada “em ser o centro e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos” (n. 49).

Entendemos, porém, que para ser efetivamente uma “Igreja em saída” em sintonia com o pensamento de Francisco e do Vaticano II, são necessários “três estados eclesiais permanentes”, os quais devem ser observados pelo conjunto do povo de Deus<sup>6</sup> e pela estrutura de governamental da Igreja

- Estado permanente de conversão.
- Estado permanente de missão (Documento de Aparecida n. 201 e *Evangelii Gaudium* n. 25).
- Estado permanente de renovação.

Ainda que o Documento de Aparecida e a própria *Evangelii Gaudium* tenham expressamente se referido a um estado permanente de missão, cremos que tal deve ser complementado pelos estados permanentes – de conversão, que antecede todo o agir; e de renovação, o qual há que ser perene. São “estados” que se depreendem do próprio Evangelho, Concílio Vaticano II, e da visão de Igreja do Papa Francisco, exposta na *Evangelii Gaudium*.

a) O estado permanente de conversão é pressuposto de toda e qualquer ação pastoral. É o encontro transformador com Jesus que impulsiona e qualifica o nosso agir. Sempre que O encontramos, tomamos a consciência de que Ele nunca esteve ausente.

A conversão exprime não apenas um caráter individual, mas também comunitário-ecclesial. E uma estrutura eclesial que não viva se convertendo continuamente, fecha-se em si mesma, torna-se autorreferencial (EG 8, 94, 95), doente.

Só uma Igreja consciente de ser permanentemente necessitada de conversão e misericórdia é capaz de dialogar, pastorear, perdoar, renovar-se e, mais que tudo, amar, especialmente

6 Apenas para que não parem dúvidas, fique-se claro que o termo está na linha do Concílio Vaticano II, ou seja, povo de Deus como todos os batizados, iguais em dignidade e corresponsáveis pela missão evangelizadora.

os pobres e o que mais sofrem. “Esta conversão deve estar presente na vida do cristão como atitude de fundo que o acompanha sempre. E também na vida da Igreja, seja em sua consciência, seja em suas instituições” (MIRANDA, 2018, p. 69).

Ser Igreja é estar em estado permanente de conversão!

b) *Estar em estado permanente de missão* (EG 25 e Documento de Aparecida 201) implica, antes de tudo, ter consciência de que “em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar” (EG 119). Por isso, “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização” (EG n. 120).

Tal estado permanente de missão pressupõe, como exposto anteriormente, ser precedida de uma conversão pastoral dos fiéis e das estruturas eclesiais, a fim de se evitarem atitudes mecanizadas e carreiristas, esvaziadas da alegria do Evangelho.

Não obstante, de maneira geral, a missão efetiva ainda parece estar relegada a apenas uma pequena parcela do povo de Deus.

A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. A seu serviço está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja

[...] Mas a tomada de consciência desta responsabilidade laical que nasce do Batismo e da Confirmação não se manifesta de igual modo em toda a parte; em alguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, em outros por não encontrar espaço em suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa de um excesso de clericalismo que os mantém à margem das decisões (EG 102).

Deve-se atentar, igualmente, à “dimensão social da evangelização (capítulo IV da *Evangelii Gaudium*), pois “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social” (EG 177). Isso acarreta reconhecer “que no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres” (EG 197), e que eles são uma verdadeira categoria teológica para a Igreja (EG 198). O cuidado com os pobres deve ser integral: material e espiritual (EG 199-200). Especialmente em nosso continente (mas não somente), as variadas formas de exclusão social são escândalos que clamam aos céus por justiça. Não raras vezes, somos uma sociedade cristã sem Cristo.

Ser Igreja é estar em estado permanente de missão!

c) *Estado permanente de renovação* implica estar aberto à ação do Espírito Santo, que faz nova todas as coisas (Ap. 21, 5). Só se dispõe em saída quem tem a consciência de ser peregrino. Aqueles que se consideram autossuficientes, frequentemente ficam presos em um emaranhado de obsessões e procedimentos (EG n. 49).

A *Evangelii Gaudium*, assumindo para si as lições da *Unitatis Redintegratio* n. 6, nos recorda que, “como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma”.

O Vaticano II, em diversas passagens, falou de renovação e, em outras, de reforma. Assim também o faz Francisco. São duas faces da mesma moeda. Seja quando falamos em reforma, ou mesmo quando devemos fazer algo novo – renovação -, estamos a nos colocar na lógica do Espírito: atualizar a mensagem de Jesus para cada tempo histórico. Renovar para transformar, e transformar para melhor amar.

Jesus Cristo pode romper também os esquemas enfadonhos em que pretendemos aprisioná-Lo, e surpreender-nos com a sua constante criatividade divina. Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre “nova” (EG 11).

A par da renovação interior e de métodos de agir, é necessário também renovar as estruturas (EG 27).

Um dos grandes desafios eclesiais, e do próprio pensamento teológico, seria, portanto, este: renovar-se sempre a fim de voltar continuamente a Jesus, trilhar os seus caminhos, e fazer os nossos com Ele e por Ele. Relacionar-se com Ele nos faz querer ampliar os nossos horizontes de ação e difundir o seu amor e misericórdia.

Ser Igreja é estar em estado permanente de renovação!

## CONCLUSÃO

Buscamos, neste artigo, refletir sobre alguns aspectos do pontificado do Papa Francisco à luz dos principais elementos do Concílio Vaticano II. Para tanto, optamos por elencar como principais características do Concílio Ecumênico Vaticano II as seguintes características: dialógico-pastoral, ecumênico, renovador.

Ademais, procuramos demonstrar o sentido de continuidade, ainda que com características originais, entre Francisco e o Concílio, dando ênfase para três aspectos: estado permanente de conversão; estado permanente de missão e estado permanente de renovação.

Discorrer sobre o Concílio Vaticano II significa rememorar um acontecimento ocorrido em determinado tempo, mas cujas repercussões se prologam até os dias de hoje. O seu alcance e recepção é, ao nosso sentir, um processo ainda em curso, que encontrou novo ardor no pontificado de Francisco.

Cabe a nós, povo de Deus, com o auxílio do Espírito Santo, integrarmos os ensinamentos do Concílio à nossa vivência eclesial e de fé, na certeza de que fazemos parte de um caminho (At 9, 2; 24,14).

## REFERÊNCIAS

- BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 6. impr. São Paulo: Paulus, 2010.
- COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Decretos, Declarações*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COMBLIN, José. *O povo de Deus*. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- CONGAR, Yves. *Ele é o Senhor e dá a Vida*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho*. Brasília: Edições CNBB, 2015.
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.
- KASPER, Walter. *A Misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MIRANDA, Mário de França. *A Reforma de Francisco: fundamentos teológicos*. 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Paulinas, 2018.
- SESBOÛE, Bernard. *Pensar e viver a fé no terceiro milênio: convite aos homens e mulheres do nosso tempo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.
- WOLFF, Elias. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2016.
- WOLFF, Elias. *Unitatis Redintegratio, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate: textos e comentários*. São Paulo: Paulinas, 2012.